



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000283433

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1029174-94.2024.8.26.0196, da Comarca de Franca, em que é apelante ISABEL CRISTINA ROSA DA SILVA DUARTE (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado CREFAZ SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma III (Direito Privado 2) do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores IRINEU FAVA (Presidente sem voto), PEDRO FERRONATO E MARA TRIPPO KIMURA.

São Paulo, 25 de março de 2025.

PAULO TOLEDO

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Apelação nº 1029174-94.2024.8.26.0196

Comarca: Franca (5ª Vara Cível)

Juiz(a): Milena de Barros Ferreira

Apelante: Isabel Cristina Rosa da Silva Duarte

Apelado: Crefaz Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte Ltda.

Voto nº 2624

APELAÇÃO. REVISÃO CONTRATUAL. EMPRÉSTIMO PESSOAL NÃO CONSIGNADO. JUROS REMUNERATÓRIOS. IMPROCEDÊNCIA. RECURSO DA AUTORA.

I.CASO EM EXAME: trata-se de ação revisional julgada improcedente, na qual a parte autora alega abusividade na taxa de juros do contrato de empréstimo pessoal. A sentença não vislumbrou irregularidade na taxa de juros praticada. A parte autora interpôs apelação, sustentando a necessidade de observância da taxa média de mercado.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO: verificar a legalidade da taxa de juros pactuada.

III. RAZÕES DE DECIDIR: as instituições financeiras não estão sujeitas à limitação da Lei de Usura, conforme a Súmula nº 596 do STF e o Tema Repetitivo nº 24 do STJ. As taxas de juros de de 14,65% a.m. e de 415,81% a.a. não são exorbitantes, quando comparadas às taxas médias de mercado praticadas na mesma época da contratação. Taxa média que, ademais, não é impositiva, servindo, apenas, como orientação. A capitalização de juros, da mesma forma, é permitida após a edição da MP 1963-17/2000, nos termos do decidido no REsp 973.827/RS (STJ, Súmula 539 e Tema repetitivo 953).

IV. DISPOSITIVO: recurso desprovido. Majoração dos honorários sucumbenciais, respeitada a gratuidade.

Trata-se de ação revisional, julgada improcedente pela r. sentença de fls. 125/133, cujo relatório adota-se, porquanto não vislumbrada irregularidade ou abusividade na taxa de juros praticada no contrato de empréstimo pessoal firmado entre as partes.

A autora, inconformada, apela. Sustenta, em suma, que os juros pactuados são abusivos, porquanto superiores à taxa média divulgada pelo BACEN. Pugna, assim, pela restituição dos valores indevidamente cobrados,

afastamento da mora, indenização por danos morais e alteração dos honorários sucumbenciais. Prequestiona, por fim, a matéria (fls. 136/149).

Recurso tempestivo, isento de preparo por ser a autora beneficiária da justiça gratuita (fls. 42/43) e respondido (fls. 149/172).

É o relatório.

Extrai-se, dos autos, ser incontroverso que a parte autora, em 02/10/2024, contratou, junto à instituição financeira ré, empréstimo pessoal não consignado (débito em fatura de energia elétrica), representado pela cédula de crédito bancário nº 3101741 (fls. 2/30, 34, 87/89 e 93).

Insurge-se a recorrente, pois, quanto às taxas de juros remuneratórios incidentes na aludida contratação, eis que, segundo alega, superam elas as taxas médias praticadas naquele mesmo período.

De se observar, contudo, que, quando da aludida contratação, os encargos nela incidentes encontravam-se devidamente discriminados, conforme se extrai do instrumento contratual em referência, tendo a parte autora, ainda assim, decidido pela ultimação do pacto.

Importante destacar, também, que a instituição financeira não é a responsável pelo endividamento da apelante, devendo ela assumir a responsabilidade pelos contratos que celebra.

E ainda que a relação jurídica em debate seja de consumo (Súmulas 297, STJ), o apelado é instituição financeira e não está submetido às disposições da Lei de Usura; assim, não há que se falar em cobrança de “juros excessivos”, mormente porque, como adiantado, foram exigidos apenas aqueles livremente contratados pelas partes.

Estava a parte ré, portanto, autorizada a aplicar taxas de juros e encargos superiores a 12% ao ano e de forma composta, porquanto devidamente convencionados.

Neste sentido a Súmula 596 do Egrégio Supremo Tribunal Federal, que diz:

"As disposições do Decreto 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas que integram o sistema financeiro nacional".

Este também é o entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça e deste E. Tribunal:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATOS BANCÁRIOS. REVISÃO DE CLÁUSULAS. JUROS REMUNERATÓRIOS. TAXA MÉDIA DE MERCADO. REFERENCIAL VÁLIDO NÃO ABSOLUTO. TEMA N. 27/STJ. CONFIGURAÇÃO DA ABUSIVIDADE. REVISÃO. SÚMULAS N. 5/STJ E 7/STJ. SEGURO. VENDA CASADA. SÚMULAS N. 5/STJ E 7/STJ. 1. A Segunda Seção do STJ, no julgamento do Recurso Especial n. 1.061.530/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, sob a sistemática dos recursos repetitivos, firmou as seguintes premissas relativas aos juros remuneratórios: I) as instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulados na Lei de Usura; II) aos contratos de mútuo bancário não se aplicam às disposições do art. 591, c/c o art. 406, ambos do CC/2002; e III) a estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade. 2. No referido julgado, firmou-se ainda a tese de que: "É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante as peculiaridades do caso concreto" (Tema n. 27/STJ). 3. Na oportunidade, quando da análise da caracterização do abuso dos juros remuneratórios, deixou-se clara a inviabilidade de se criar um critério objetivo para a caracterização da abusividade, servindo a taxa média de mercado divulgada pelo Banco Central como norte não absoluto para avaliação desse abuso. 4. O Tribunal de origem se alinha ao entendimento do STJ firmado no Tema n. 27/STJ, em que a relatora expressamente consignou que: "A taxa média de mercado, divulgada pelo Banco Central, constitui um valioso referencial, mas cabe somente ao juiz, no exame das peculiaridades do caso concreto, avaliar se os juros contratados foram ou não abusivos", o que evidencia que escapa do campo de competência do STJ a avaliação de sua abusividade, ante o óbice das Súmulas n. 5/STJ e 7/STJ. 5. Nos mesmos óbices incorre a alegação de ilegalidade do seguro contratado, visto que o Tribunal de origem também não apurou a existência de venda casada para declarar sua irregularidade. Agravo interno improvido." (AgInt no REsp n. 2.035.980/MS, relator Ministro Humberto Martins, Terceira Turma, julgado em 13/11/2023, DJe de 17/11/2023).

"Apelação – Embargos monitórios – Sentença que os rejeitou – Recurso do embargante. Cerceamento de defesa – Inocorrência – Perícia contábil - Desnecessidade – Conjunto probatório dos autos que basta para o correto desate da lide. Embargos monitórios – Contrato de abertura de crédito, acompanhado de

demonstrativo de débito – Documentos hábeis para o ajuizamento da ação monitória – Inteligência da Súmula nº 247 do STJ - Embargante que sequer informa qual o valor que entende devido – Ônus da prova que lhe competia. Juros remuneratórios – Taxa previamente pactuada - Não se nega que o E. STJ, nos Recursos Especiais nos 1112879/PR e 1112880/PR, decidiu que nos contratos de mútuo em que a disponibilização do capital é imediata, exarou a seguinte tese no regime de recursos repetitivos: "Em qualquer hipótese, é possível a correção para a taxa média se for verificada abusividade nos juros remuneratórios praticados". Contudo, a flexibilização de previsões contratuais é excepcional e depende de comprovação da abusividade. (STJ, REsp 1.061.530/RS) – Ausência de demonstração de aplicação de taxas excessivamente superiores àquelas praticadas por outras instituições financeiras, levando-se em consideração os riscos envolvidos nas operações - Inaplicabilidade, ainda, das limitações impostas pelo Decreto 22.626/33, por força da Súmula nº 596 do Supremo Tribunal Federal - Jurisprudência do C. STJ e do C. STF. Recurso improvido." (TJSP; Apelação Cível 1002170-40.2022.8.26.0653; Relator (a): Afonso Celso da Silva; Órgão Julgador: 37ª Câmara de Direito Privado; Foro de Vargem Grande do Sul - 2ª Vara; Data do Julgamento: 24/06/2024; Data de Registro: 24/06/2024).

O C. Superior Tribunal de Justiça, ademais, no julgamento do REsp 1.061.530/RS, fixou o Tema Repetitivo nº 27, consolidando o entendimento de que as taxas de juros podem ser revisadas apenas em casos excepcionais, desde que haja relação de consumo e comprovada a abusividade na contratação, assim considerada a cláusula contratual que preveja vantagem excessivamente onerosa para o consumidor, nos termos do inc. III, do § 1º, do art. 51, do CDC.

E, ao contrário do que sugere o ora apelante, conforme entendimento do C. STJ:

“Para que se reconheça abusividade no percentual de juros, não basta o fato de a taxa contratada suplantar a média de mercado, devendo-se observar uma tolerância a partir daquele patamar, de modo que a vantagem exagerada, justificadora da limitação judicial, deve ficar cabalmente demonstrada em cada caso, à luz do caso concreto” (AgInt no AREsp 2312659/RS, 3ª Turma, reª Minª NANCY ANDRIGHI, julgado em 05/06/2023) (g.n.).

Como se vê, a intervenção judicial, para reduzir a taxa de juros pactuada, somente pode ser admitida quando, além de superar a taxa média praticada no mercado para operações semelhantes, ela se mostre excessiva ou demasiada, o que não se vislumbra na hipótese dos autos, em que pactuadas as taxas de juros de 14,65% a.m. e de 415,81% a.a.

Deveras, ainda que as taxas médias de mercado, praticadas à época da contratação, conforme levantamento efetuado pelo Banco Central¹, corresponderem a 5,82% a.m. e a 97,15% a.a. (fl. 139), as taxas de juros praticadas no contrato aqui em referência não se revelam exorbitantes, tanto que a mensal sequer alcança o triplo do percentual respectivo, sendo a anual decorrente da própria capitalização prevista no ajuste - taxa anual superior ao duodécuplo da taxa mensal.

E no que se refere à capitalização, embora, inicialmente, fosse ela vedada pela Súmula 121, do STF, passou a ser permitida em períodos inferiores a um ano, a partir da Medida Provisória nº 1.963-17/2000 (reeditada como MP nº 2170-36/2001).

Nesse sentido, a Súmula 539 o C. Superior Tribunal de Justiça:

“É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior à anual em contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de 31/3/2000 (MP n. 1.963-17/2000, reeditada como MP n. 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada”.

No caso dos autos, como já mencionado, o contrato é posterior à referida medida provisória.

Ademais, de acordo com os documentos já citados, verifica-se que as partes pactuaram, expressamente, a cobrança de juros de 14,65% a.m. e de 415,81% a.a., tratando-se, como se pode facilmente extrair, de juros compostos, não havendo que se falar, portanto, em desconhecimento, pela parte autora, quanto à capitalização praticada

Inexiste, pois, ilegalidade ou abusividade na contratação dos juros, de forma capitalizada, com taxa anual superior ao duodécuplo da taxa mensal.

Nesse sentido, a Súmula 541, do C. STJ:

“A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada”.

¹ [SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais](#)

Não se pode esquecer, ainda, que as instituições financeiras não estão obrigadas às intituladas taxas médias, as quais correspondem, apenas, a um parâmetro publicado pelo Banco Central, com o fito de orientar aquelas, bem como os consumidores, possibilitando a estes, inclusive, a busca por índices mais vantajosos.

Assim, tendo a parte autora optado em celebrar o contrato junto ao apelado, deve suportar os encargos dele decorrentes, mormente porque, como discorrido, a taxa de juros praticada não se revela abusiva.

Como se vê, o contrato a consubstanciar a dívida em tela não viola princípios ou garantias constitucionais, tampouco as disposições trazidas pelo Código de Defesa do Consumidor, porquanto não seja excessivamente oneroso, não se constatando nele, ademais, lesão.

Outrossim, não demonstrando a ora apelante violação ao dever de informação, por parte da instituição financeira, seu mero inconformismo, externado após a livre contratação de produto a ela disponibilizado (empréstimo pessoal não consignado), não se afigura como motivo suficiente a autorizar a revisão pela via judicial; não há que se falar, pois, em prática de ato ilícito pelo banco réu, tampouco em restituição de valores ou configuração de danos morais.

Os honorários sucumbências impostos, por sua vez, foram adequadamente fixados no percentual mínimo legal pelo Juízo *a quo* e, em observância ao decidido no TEMA 1059 pelo Colendo STJ e ao quanto disciplinado no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, ficam agora elevados em mais 3%, respeitada a gratuidade.

Por fim, visando evitar oposição de embargos declaratórios para tal finalidade, considera-se prequestionada toda matéria constitucional e infraconstitucional, observado posicionamento do C. STJ segundo o qual prescindível a citação de dispositivos legais que o fundamentam: Já é pacífico nesta e. Corte que, tratando-se de prequestionamento, é desnecessária a citação numérica dos dispositivos legais, bastando que a questão tenha sido decidida (EDcl no RMS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

18205/SP, Rel. Min. Felix Fischer, T5, j. 18.04.2006).

Posto isso, **NEGA-SE PROVIMENTO** ao recurso da parte autora.

PAULO GUILHERME AMARAL TOLEDO

Relator